

## EDUCAÇÃO, TRABALHO E FUTURO: UM ENSAIO SOBRE TRAJETÓRIAS JUVENIS E O IMPERATIVO DA ESCOLHA PRECOCE

**Luis Fernando Howeler<sup>1</sup>**

Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4665-1991>

E-mail: [luishoweler@iftm.edu.br](mailto:luishoweler@iftm.edu.br)

### RESUMO

Este ensaio analisa criticamente o imperativo da escolha profissional precoce imposto às juventudes brasileiras, discutindo seus impactos nas trajetórias educacionais e no mundo do trabalho. Argumenta-se que tal exigência ocorre em contextos marcados por desigualdades de classe, gênero, território e raça, condicionando as possibilidades de escolha e reforçando padrões excludentes. Examina-se o papel contraditório da escola, que pouco dialoga com as culturas juvenis e reproduz currículos fragmentados, além das tensões advindas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Também se discutem os novos sentidos do trabalho em um cenário de precarização, informalidade e reinvenção criativa. Conclui-se que a escolha profissional precoce, mais do que ato de autonomia, revela-se resposta a pressões estruturais, demandando políticas públicas articuladas que garantam educação de qualidade, inserção laboral digna e formação cidadã emancipatória.

**Palavras-chave:** Juventude; Escolha profissional precoce; Educação; Trabalho; Desigualdades sociais.

### EDUCATION, WORK AND FUTURE: A THEORETICAL ESSAY ON YOUTH TRAJECTORIES AND THE IMPERATIVE OF EARLY CAREER CHOICE

### ABSTRACT

This theoretical essay critically examines the imperative of early career choice imposed on Brazilian youth, discussing its impacts on educational trajectories and the world of work. It argues that such a requirement takes place within contexts marked by inequalities of class, gender, territory, and race, which condition the possibilities of choice and reinforce exclusionary patterns. The contradictory role of

---

<sup>1</sup> Mestrado em andamento em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFTM; Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela UNOPAR; Tecnólogo em Gestão Comercial pela UNINTER; Bacharel em Fisioterapia pela UNICENTRO. Assistente em Administração no IFTM, Uberaba, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4665-1991>. E-mail: [luishoweler@iftm.edu.br](mailto:luishoweler@iftm.edu.br)

the school is analyzed, as it rarely engages in dialogue with youth cultures and reproduces fragmented curricula, along with the tensions arising from Brazil's National Common Curricular Base (BNCC). The essay also addresses the new meanings of work in a scenario characterized by precariousness, informality, and creative reinvention. It concludes that early professional choice, rather than an act of autonomy, responds to structural pressures and calls for public policies that guarantee quality education, dignified labor inclusion, and emancipatory citizenship.

**Keywords:** Youth; Early career choice; Education; Work; Social inequalities.

## **EDUCACIÓN, TRABAJO Y FUTURO: UN ENSAYO TEÓRICO SOBRE TRAYECTORIAS JUVENILES Y EL IMPERATIVO DE LA ELECCIÓN PROFESIONAL PRECOZ**

### **RESUMEN**

Este ensayo teórico examina críticamente el imperativo de la elección profesional precoz impuesto a las juventudes brasileñas, analizando sus impactos en las trayectorias educativas y en el mundo del trabajo. Se sostiene que dicha exigencia tiene lugar en contextos marcados por desigualdades de clase, género, territorio y raza, que condicionan las posibilidades de elección y refuerzan patrones de exclusión. Se analiza el papel contradictorio de la escuela, que dialoga escasamente con las culturas juveniles y reproduce currículos fragmentados, así como las tensiones derivadas de la Base Nacional Común Curricular de Brasil (BNCC). El ensayo también aborda los nuevos significados del trabajo en un escenario caracterizado por la precarización, la informalidad y la reinención creativa. Se concluye que la elección profesional precoz, más que un acto de autonomía, responde a presiones estructurales y exige políticas públicas que aseguren una educación de calidad, una inclusión laboral digna y una formación ciudadana emancipadora.

**Palabras clave:** Juventud; Elección profesional precoz; Educación; Trabajo; Desigualdades sociales.

### **INTRODUÇÃO**

A escolha de uma profissão é um marco simbólico e prático na trajetória juvenil, frequentemente associada à passagem para a vida adulta, à autonomia e à construção de um projeto de futuro. No entanto, essa decisão, quando exigida de forma precoce, revela-se carregada de tensões sociais, educacionais e subjetivas. Em contextos marcados por desigualdades históricas e transformações nas formas de inserção profissional, a exigência de que adolescentes decidam seus rumos acadêmicos e profissionais antes mesmo do ingresso no ensino superior torna-se um processo complexo e, muitas vezes, excludente.

A juventude brasileira vivencia esse momento de escolha atravessada por múltiplas pressões: a escola, que pouco dialoga com os anseios e as culturas juvenis; a família, que projeta expectativas baseadas em experiências passadas ou em ideais de ascensão; o mercado de trabalho, que se apresenta instável, precarizado e fragmentado; e a sociedade, que impõe modelos de sucesso individual e meritocrático. Em meio a esse cenário, a escolha profissional deixa de ser um ato de liberdade e passa a ser uma resposta estratégica a um campo de possibilidades desiguais e estreito.

Este ensaio analisa como as desigualdades sociais condicionam as escolhas profissionais juvenis, o papel contraditório da escola na construção dos projetos de vida e os novos sentidos do trabalho diante das mudanças estruturais no mundo produtivo. A partir dessas dimensões, busca-se refletir sobre a pertinência da exigência de uma decisão profissional precoce por parte da juventude, considerando seus impactos nas trajetórias formativas e identitárias.

## **PRESSÕES SOCIAIS E DESIGUALDADES NAS ESCOLHAS JUVENIS**

A definição de uma carreira não se dá em um campo de neutralidade, mas é profundamente influenciada pelas condições materiais e simbólicas que estruturam a vida dos jovens. As desigualdades de classe, território, gênero e raça incidem diretamente sobre as possibilidades de escolha e sobre os sentidos atribuídos ao trabalho e à educação. Nesse sentido, as juventudes não são homogêneas, e suas escolhas são atravessadas por constrangimentos objetivos e subjetivos que diferenciam suas experiências.

Entre jovens do meio rural, por exemplo, a escolha profissional aparece como um projeto de mobilidade, mas é mediada por um conjunto de limitações estruturais. Segundo Alves e Dayrell (2015), mesmo diante do desejo de “ser alguém na vida”, esses jovens enfrentam a escassez de oportunidades, a precariedade da infraestrutura educacional e a fragilidade das políticas públicas voltadas para a juventude do campo. Assim, a decisão profissional, nesses contextos, torna-se uma adaptação estratégica mais do que uma escolha plena.

Para os jovens urbanos das periferias, a situação não é menos desafiadora. O ingresso no ensino superior, especialmente após a ampliação de programas como o ProUni e o Fies, permitiu certa democratização do acesso, mas não garantiu equidade nas condições de permanência e sucesso. Jardim e Almeida (2016) apontam que a ampliação quantitativa da educação superior não foi acompanhada de mudanças qualitativas na estrutura educacional e no mercado de trabalho. Isso impõe aos jovens das classes populares a necessidade de escolhas pragmáticas, voltadas a cursos tecnicamente associados a empregabilidade rápida, mesmo que em áreas distantes de seus interesses ou vocações.

Essa lógica é reforçada por um discurso meritocrático que individualiza as conquistas e silencia as desigualdades, transferindo aos jovens a responsabilidade

exclusiva pela construção de seus projetos profissionais. O resultado é um campo de decisões orientado mais pela sobrevivência e pela tentativa de inserção social do que pela realização pessoal. As profissões, nesse contexto, perdem seu caráter vocacional e adquirem uma funcionalidade instrumental.

Além disso, há uma naturalização de estereótipos sociais que associa determinadas ocupações a certos grupos sociais. Jovens das classes médias, por exemplo, contam com capital cultural e apoio financeiro que lhes permitem experimentar cursos, adiar decisões e investir em formações mais longas ou de retorno incerto. Já os jovens das classes populares são pressionados a optar por cursos técnicos ou de curta duração, com vistas a uma inserção laboral imediata. Essas diferenças estruturam não apenas as possibilidades, mas também os horizontes simbólicos de futuro.

### **A ESCOLA, O PROJETO DE VIDA E A TENSÃO DA ESCOLHA PRECOCE**

A escola ocupa posição estratégica na formação dos projetos de vida juvenis, mas, na prática, tem falhado em oferecer subsídios consistentes para que os estudantes reflitam criticamente sobre suas trajetórias. Embora se reconheça a importância do espaço escolar como um ambiente de socialização, construção de vínculos e acesso ao conhecimento sistematizado, observa-se que, muitas vezes, sua atuação permanece ancorada em modelos pedagógicos rígidos e descolados das realidades vividas pelas juventudes.

As experiências escolares são marcadas por uma lógica de transmissão de conteúdos, avaliações padronizadas e disciplinamento comportamental, o que contribui para o distanciamento entre os estudantes e o projeto pedagógico.

“Um sistema de ensino desvinculado da realidade ou que a apresenta de um modo tão fragmentado aos estudantes, tornando-a praticamente irreconhecível, não serve para estimular o interesse, que é o verdadeiro motor da atividade construtiva” (Santomé, 1998, p. 115).

Em vez de acolher as dúvidas, angústias e potências das juventudes, a escola frequentemente impõe expectativas e trajetórias idealizadas, baseadas em um padrão normativo de sucesso que desconsidera a diversidade social, cultural e subjetiva dos alunos.

Destarte, a organização curricular exerce influência direta sobre os projetos de vida juvenis, pois o currículo educacional, enquanto projeto político e cultural, seleciona saberes com base em valores e interesses dominantes, refletindo disputas sociais e ocultando realidades que não interessam à ordem estabelecida. A prevalência do modelo linear-disciplinar, fragmentado e hierarquizado, prioriza conteúdos descontextualizados e métodos tradicionais, como aulas magistrocêntricas, que negligenciam a integração de saberes e desconsideram os interesses e experiências dos estudantes, reproduzindo exclusões educacionais e sociais. Nesse contexto, a integração curricular surge como alternativa para articular teoria e prática, favorecer visão interdisciplinar, conectar conhecimento à realidade vivida e possibilitar formação crítica, reflexiva e transformadora, embora sua implementação requeira mudanças culturais, pedagógicas e estruturais que rompam com tradições disciplinares e garantam efetiva participação docente e autonomia intelectual dos estudantes (Santomé, 1998).

Ademais, o ingresso de jovens de diferentes origens sociais na escola pública brasileira, especialmente após políticas de democratização do acesso, trouxe a presença de múltiplas culturas juvenis que carregam valores, linguagens e visões de mundo próprias, muitas vezes conflitantes com a cultura escolar tradicional dotada de rigidez disciplinar e transmissividade (Silva, 2015). Esse “encontro de culturas” gera tensões e conflitos, pois os jovens, educados sob forte influência da cultura midiática global, buscam reconhecimento de suas identidades e estilos, enquanto a escola tende a desconsiderar essas expressões juvenis, tratando-as como desvios. Assim, a ausência de projetos pedagógicos que dialoguem com essa diversidade resulta em distanciamento, desmotivação e em um ambiente marcado pelo que Silva (2015) denomina “reino da perplexidade”, no qual a escola não compreende o jovem e o jovem não reconhece a escola como espaço legítimo de formação.

Leão, Dayrell e Reis (2011) observam que os projetos de vida dos jovens são construídos de forma dinâmica e situada, refletindo tanto seus desejos quanto os limites impostos pelas condições objetivas. Nesse processo, a escola poderia desempenhar um papel central ao oferecer espaços de escuta, orientação vocacional e atividades que favoreçam o autoconhecimento e o contato com diferentes possibilidades profissionais. No entanto, isso pouco acontece, sobretudo nas escolas

públicas, marcadas por condições precárias de infraestrutura e por currículos excessivamente conteudistas.

A desarticulação entre o mundo vivido pelos jovens e o universo escolar compromete a construção de vínculos significativos com o processo educativo. Martins e Carrano (2011) destacam que as culturas juvenis, em suas múltiplas expressões - como a música, o vestuário, as gírias e os modos de estar no mundo - são geralmente invisibilizadas ou tratadas como desvios. Essa postura de deslegitimação simbólica afasta os estudantes da escola e os impede de reconhecer nela um espaço legítimo de formação de identidade e de projeto de vida.

Além disso, a orientação profissional, quando existente, é muitas vezes limitada a eventos pontuais, como feiras de profissões ou palestras, sem articulação com o currículo e sem continuidade. Laranjeira, Iriart e Rodrigues (2016) argumentam que o ensino médio tem se transformado em um espaço de intensificação de exigências, mas sem as condições estruturais e pedagógicas necessárias para preparar os jovens para escolhas conscientes. A exigência de definição de carreira ao final do ensino médio torna-se, assim, um fator adicional de ansiedade e frustração.

Outro aspecto relevante refere-se às políticas educacionais vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que embora reconheça a importância da formação integral e para a vida, apresenta contradições ao vincular tais diretrizes a uma lógica de competências e habilidades alinhadas às demandas do mercado. Tal perspectiva acaba por reforçar a função instrumental da escola, priorizando a preparação de jovens para o trabalho em detrimento de uma formação crítica e emancipatória, o que limita a construção de projetos de vida autônomos e conectados aos interesses e potencialidades dos estudantes (Pires, 2025).

A tensão entre o tempo da juventude e a exigência de uma decisão definitiva sobre o futuro manifesta-se como um paradoxo: ao mesmo tempo em que a sociedade prolonga a juventude como etapa da vida, exige-se do jovem uma escolha profissional precoce e definitiva. Essa contradição revela a falta de políticas educacionais integradas que valorizem a juventude como tempo de transição, experimentação e descoberta.

É necessário, portanto, repensar o papel da escola na construção de projetos de vida, superando práticas burocráticas e hierarquizantes e promovendo uma

educação dialógica, participativa e sensível às diferentes juventudes. Investir na formação de educadores para a escuta ativa, implementar programas permanentes de orientação profissional e fortalecer o vínculo escola-comunidade são caminhos possíveis para transformar a experiência escolar em uma aliada no processo de escolha profissional.

## **NOVOS SENTIDOS DO TRABALHO E A RECONFIGURAÇÃO DAS EXPECTATIVAS JUVENIS**

As mudanças no mundo do trabalho impõem novos desafios à juventude na construção de seus projetos profissionais. A precarização das relações trabalhistas, o avanço da informalidade, a desregulamentação de direitos e a valorização de competências flexíveis tornam cada vez mais instável a inserção produtiva. Esse cenário exige dos jovens uma capacidade de adaptação constante, muitas vezes em detrimento de seus interesses e aspirações.

Guimarães (2016) analisa como a intermediação do trabalho e os contratos temporários moldam trajetórias juvenis marcadas pela descontinuidade e pela vulnerabilidade. A promessa de que a formação educacional levaria à estabilidade profissional foi substituída por uma lógica de experimentação contínua e ausência de garantias. Isso implica uma redefinição dos vínculos dos jovens com o trabalho, que passa a ser visto como transitório, incerto e, em muitos casos, frustrante.

Nesse contexto, Corrochano e Abramo (2016) defendem a construção de uma agenda política que articule educação e trabalho em torno do princípio do trabalho decente. A concepção de trabalho enquanto direito, associado à dignidade e à proteção social, precisa ser resgatada como horizonte para a juventude. Isso requer políticas públicas de formação profissional articuladas com os contextos territoriais e com as demandas reais dos jovens, superando a lógica de mera empregabilidade.

Por outro lado, a juventude também tem produzido formas alternativas de inserção laboral, que escapam às classificações tradicionais. Tommasi (2016) destaca o papel dos jovens produtores culturais de favelas, que criam circuitos autônomos de produção artística e midiática como estratégias de sobrevivência e afirmação identitária. Embora marcadas pela informalidade e pela falta de reconhecimento institucional, essas práticas revelam a potência criativa da juventude e sua capacidade de reinventar o trabalho em contextos adversos.



A permanência de representações tradicionais sobre determinadas ocupações, como demonstram Silva e Tomizaki (2016) ao analisarem jovens metalúrgicos do ABC Paulista, também evidencia a complexidade da relação entre juventude e trabalho. Ainda que o setor industrial tenha perdido centralidade econômica, ele mantém valor simbólico como expressão de status e identidade profissional. Isso demonstra que as escolhas profissionais estão ancoradas não apenas em condições materiais, mas também em significados culturais e afetivos.

Por fim, Miranda (2016), ao examinar as transições juvenis na Argentina pós-neoliberal, aponta que mesmo em contextos de ampliação das políticas sociais, persistem os desafios da desigualdade e da exclusão. A juventude latino-americana compartilha experiências de vulnerabilidade, instabilidade e expectativas frustradas, o que reforça a necessidade de políticas integradas e sensíveis às especificidades geracionais e territoriais.

## **CONCLUSÕES**

A exigência de uma escolha profissional precoce, imposta a jovens em processo de formação subjetiva e social, revela-se como uma expressão das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira e latino-americana. Longe de representar uma etapa natural e consciente da trajetória juvenil, tal decisão ocorre, na maioria das vezes, sob pressão e sem os recursos necessários para um processo reflexivo e autêntico. A juventude é convocada a definir o futuro com base em um presente instável, marcado pela fragmentação das políticas públicas, pela precarização das condições de vida e pela ausência de escuta institucional.

As análises realizadas evidenciam que essa escolha precoce tende a reproduzir as desigualdades sociais, afastando os jovens das classes populares de percursos formativos mais longos e aprofundados, ao mesmo tempo em que impõe modelos homogêneos de sucesso escolar e profissional. A escola, nesse processo, precisa ser ressignificada como espaço de acolhimento, diálogo e construção de sentido, onde o projeto de vida do jovem seja entendido como processo contínuo, e não como resposta imediata à lógica do mercado.

Além disso, ao analisar as orientações curriculares nacionais, observa-se que a BNCC, ao priorizar competências voltadas ao mercado, pouco contribui para a construção de projetos de vida emancipatórios, reforçando a lógica da escolha



precoce como necessidade de adaptação produtiva, e não como expressão de autonomia juvenil.

Para que a juventude possa efetivamente escolher, e não apenas reagir, é fundamental a criação de políticas públicas articuladas, que valorizem a pluralidade das juventudes, garantam acesso e permanência com qualidade na educação e promovam formas dignas de inserção no mundo do trabalho. Escolher uma profissão não deve ser um ato de sobrevivência, mas um direito vinculado à autonomia, à dignidade e à possibilidade de imaginar outros futuros possíveis.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, abr./jun. 2015.
- CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, L. W. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 110-129, jan./abr. 2016.
- GUIMARÃES, N. A. Trabalho intermediado, percursos instáveis e sociabilidade juvenil. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 15-40, jan./abr. 2016.
- JARDIM, F. A. A.; ALMEIDA, W. M. Expansão recente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalho? **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 63-85, jan./abr. 2016.
- LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S.. Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2016.
- LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011.
- MARTINS, C. H. S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.
- MIRANDA, A. Transiciones juveniles, generaciones sociales y procesos de inclusión social en Argentina post-neoliberal. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 130-149, jan./abr. 2016.
- PIRES, L. F. R. Pode a base nacional comum curricular contribuir para a educação para a cidadania?. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e56416, 2025. DOI: 10.35699/edur.v41i41.56416. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/56416>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Trad. de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, M. G. V.; TOMIZAKI, K A. O sonho de ser metalúrgico: dimensões da vivência juvenil no ABC Paulista. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 86-109, jan./abr. 2016.

SILVA, M. P. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no “encontro de culturas”. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46-59, jan./jun. 2015.

TOMMASI, M. L. Jovens produtores culturais de favela. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 41-62, jan./abr. 2016.